

HABEAS CORPUS Nº 492.566 - RS (2019/0037688-9)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : MELISSA TORRES SILVEIRA - RS046237
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RAEL INACIO (PRESO)
PACIENTE : FABIO ROCHA DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

RAEL INACIO e FABIO ROCHA DOS SANTOS alegam sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** na Apelação n. 0239592-37.2018.8-21.7000.

Os pacientes foram condenados pelo Tribunal do Júri às penas de reclusão de 23 anos e 3 meses (RAEL) e 20 anos e 6 meses (FABIO) – requerem, liminarmente (fl. 13, grifei):

[...] seja concedido HABEAS CORPUS para o fim de retificar o acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, determinando-se, por conseguinte, **o redimensionamento das penas aplicadas mediante o afastamento da vetorial consistente nas circunstâncias do crime**, tudo conforme exposto.

Para tanto, argumentam (fl. 12):

[...] os pacientes fazem jus ao refazimento das penas-base, pois o acórdão exarado acarretou *reformatio in pejus* diante da inobservância ao conteúdo normativo disposto junto ao art. 59, *caput*, do Código Penal e ao art. 617, do Código de Processo Penal, **posto que excluiu a vetorial circunstâncias do crime, mas manteve inalterado o respectivo quantum de pena [...]**

Indefiro o pedido liminar.

Com efeito, a análise da dosimetria da pena – matéria restrita

ao âmbito de certa discricionariedade do magistrado, reguladas pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade – demanda o exame acurado dos autos, providência inadequada para este momento processual.

Desse modo, como **o provimento liminar confunde-se com o próprio mérito do *mandamus***, porquanto dotado de caráter satisfativo, deve ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de primeiro grau – que devem ser prestadas via malote digital –, encarecendo, especialmente, o **envio das folhas de antecedentes criminais dos pacientes mencionadas na sentença e no acórdão**.

Em seguida, encaminhe-se o feito ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**